

ADROALDO MESQUITA DA COSTA

# RECORDANDO

Dois artigos do autor, publicados no "CORREIO DO POVO", de Janeiro de 1962 e Fevereiro de 1970.

1973  
Gráfica D. Bosco  
Porto Alegre

## RECORDANDO

Em março de 1913, pela primeira vez, fui constituinte em uma República de... estudantes, com sede no 3.º andar do prédio à Rua dos Andradas, à direita de quem sobe para a do Senhor dos Passos, a ela alugado pela quantia de cento e vinte mil réis mensais, pelo conceituado agrimensor, austríaco de nascimento, Francisco José Simch que deixou descendência ilustre em nosso Estado.

Integravam-na Djalma Moellmann e Ismênio Liberato Palumbo, ambos catarinenses, e Dionélio Tubino Machado, nascido em Quaraim, todos três cursando o 1.º ano de Faculdade de Medicina de nossa Capital e, ainda, meu sobrinho Antônio da Costa e Silva — o Antoninho — como lhe chamávamos na intimidade, matriculado no 1.º ano de Odontologia da Escola anexa àquela Faculdade, por onde veio a diplomar-se.

Éramos ao todo cinco, mas havia sempre três visitantes habituais: Acidino de Araújo e Silva, meu condiscípulo em 1907, no Ginásio Nossa Senhora da Conceição, de São Leopoldo, o qual, diariamente, após o expediente no Arquivo Público, onde trabalhava como funcionário, passava pela República, para também ali assinar o ponto; Celso Fausto, barriga-verde, a cursar o 1.º ano da Escola de Agronomia e que, aos sábados e domingos, pernoitava na República, quando os estudos lh'o permitiam e, finalmente, Artur da Costa e Silva, matriculado na Segunda Série do Colégio Militar e que, cada domingo, fazia sua visita ao irmão Antoninho e ao tio Adroaldo.

Um dos preceitos inscritos no Regulamento Interno da República era o de não se permitir que alguém falasse mal a língua portuguesa. Quando qualquer de nós cometia deslize no vernáculo, bradava a turma em cântico "Teje prêso", expressão "clássica" com que o guarda civil, de então, prendia em flagrante o contraventor. E enquanto não houvesse sido corrigido o erro cometido, ao companheiro não se permitia continuasse com a palavra e ninguém lhe dava ouvidos, senão após retificada a silabada.

Nasceu daí o hábito e o gosto do bem falar, aos cinco constituintes e aos três habituais visitantes daquela efêmera República que durou, apenas, um ano.

A pretexto de corrigir-se qualquer erro sintático, ouviam-se, não raro, substanciosas dissertações sobre gramática e estilo.

Gozava o Antoninho do merecido conceito de estudioso, insigne do vernáculo e de reputado conhecedor da língua.

De uma feita, havendo adquirido num sêbo, antiquíssimo alfarábio sôbre vícios de linguagem, figuras de gramática e retórica e não sei mais sôbre quantas outras minúcias da língua portuguesa, tratou logo de pôr em circulação os novos conhecimentos recém-adquiridos.

A noite, após o jantar, durante a costureira tertúlia, êle a todos surpreendeu com a seguinte indagação: "Quem sabe o que é pa-requêma?"

Ficamos todos em silêncio, receosos se tratasse de algum "trote", pois, na verdade, era a primeira vez que os moradores e visitantes da República ouviam tão exótico vocábulo.

Sorriu, compassivo, por haver surpreendido a ignorância dos companheiros, os quais, refletidos do "susto", lhe pediram, de logo, lhes explicasse o significado da palavra. Com a simplicidade e modéstia que lhe eram características, foi-nos dizendo que se denominava "parequêma" o vício de linguagem que consiste em começar uma palavra pela mesma sílaba em que termina a palavra anterior. E exemplificou: "A paralela ladeada: a mesa estava vazia: a única casa.

Aprendemos a lição, mas não esquecemos a humilhação sofrida e, à noite seguinte, por ocasião da tertúlia cotidiana, cada um trouxe engatilhada sua perguntinha. Era a desforra.

Mal iniciada a conversa, eis que um indaga: "Quem sabe o que significa 'sínchese'?" E já outro, sem esperar qualquer resposta, por sua vez retruca: "E quem conhece o significado de hipotipóse?" E já treplica o terceiro: "E o de hipérbato? E acrescenta o quarto: "E o de paragóge?"

Foi uma seqüência de perguntas e respostas que se entrecruzavam, porque a turma se havia afiado para aquêlle inesquecível exame vago.

Todos caprichávamos em bem falar; ninguém engolia os rr e ss finais dos vocábulos, vício tão freqüente, mesmo entre letrados. O emprego do imperativo era políciadíssimo.

Ouvia-se, amiúde, com a pronúncia bem escandida da última sílaba, o faze, dize, traze e quando negativo, "não faças", "não tragas". A regência exata do verbo "visar" era por todos religiosamente observada, depois que o Antoninho, de uma feita, nos havia pedido a atenção para o uso errado que dêle fazia a imprensa, costumadamente. E explicava: "É transitivo, com a significação de mirar, de olhar fixamente para alguém ou alguma coisa; e intransitivo, no sentido de dispor-se, propor-se, ter como finalidade". Assim diríamos: "O atirador visou bem o alvo, visando ao prêmio.

Ninguém podia ali dizer: "Prefiro isto do que aquilo, porque o 'do' não se fazia, de pronto, ouvido, exigindo a imediata correção: "Têje p

"Prefiro isto a aquilo". Tão pouco, pela mesma razão, ali alguém diria: "Fazem, hoje, cinco anos", mas, sim "Faz, hoje, cinco anos".

Não se permitia desleixo no falar e no escrever e não havia também pedantismo nem afetação em tal procedimento, senão amor à língua e bom uso do que se aprendia.

Como os tempos mudaram!

Quem comparar, hoje, o que ler, cada dia, em jornais, revistas ou livros, ou o que ouvir ao rádio ou televisão, com o que os mestres ensinam sôbre a língua e sua gramática, há de, por certo, ficar atalhado e indeciso, sem saber como pronunciar, escrever ou acentuar tal palavra, qual a regência exigida por tal verbo ou, quicá, que colocação dar aos vocábulos na oração, tais e tantas as divergências que se lhe deparam, entre uns e outros.

Se quisesse exemplificar, longuíssima seria a enumeração, porque, faz muitos anos, desde os tempos de nossa República, adquiri o costume de anotar disparidades encontradíssimas, de modo que, hoje, o acêrvo de apontamentos já é bastante apreciável.

Expressões que tais "venho de receber tal notícia", "venho de ser convidado para tal cargo", "venho de perder meu professor", são corriqueiras, ouvidas a cada instante, como sinônimas de "acabo de receber tal notícia", "acabo de ser convidado", "acabo de perder meu professor".

No entanto — afirmam-no os entendidos — tal modo de falar ou escrever não é vernáculo, porque "vir de", em português, só se usa, quando, na verdade, a gente vem de algum lugar. E meu saudoso professor de português — o padre jesuíta Pedro Schneider, autor da "Gramática Portuguesa de P.S." — exemplificava: "Venho de Bom Jardim. Venho de Lomba Grande. Venho de Sapucaia. Na acepção de "acabar de" é galicismo inteiramente dispensável".

Outros modos de falar e escrever que incorrem na censura dos puristas da língua são os que se lêem, diariamente na imprensa: "Amanhã; às tantas horas, em tal recinto, "terá lugar" a assembléia dos acionistas... a reunião dos estudantes... a sessão extraordinária dos sócios..."

"Ter lugar" — é lição dos mestres — só é exato, no sentido de "ter cabimento", jamais no de realizar-se. Fora daí, não tem lugar" o uso de "ter lugar", por constituir imperdoável galicismo.

Li, com muita atenção, a Constituição da República Federativa do Brasil, publicada no Diário Oficial da União de 20 de outubro de 1969 e republicada no de 30 do mesmo mês e ano, por haver sido, em in-

reções, e confrontei-a com a do Estado do Rio Grande do Sul, publicada no Diário Oficial do Estado de 29 de janeiro de 1970. Notei de lotidiferença radical entre ambas, no modo de grafar "Procurador Geral art. 42; art. 95; art. 119, I, "a" e "I" e art. 145, Parágrafo único), o Estado não o usa nas dez vezes em que emprega a mesma expressão, art. 27, XII; art. 76; art. 78 e seu Parágrafo único; art. 80; art. 82; 84; art. 131, VII; art. 150, "d" e § 1.º, II).

Segundo as lições do renomado glotólogo Celso Pedro Luft, seu utilíssimo "Guia Ortográfico", pág. 10, deve-se escrever sem o en, Peço encarecidamente ao linotipista e revisor não substituíam o omeado por renomado, como já aconteceu duas vezes em escritos us.

Em ambas as Constituições foi empregado o adjetivo "pluri-anual". Na Federal, nos artigos 43, II; 60, Parágrafo único; 68, § 3.º e 63. Na Estadual, apenas uma vez, no art. 26, VI.

Por que plurianual e não pluriênal? Dizemos a Biênal de São Paulo; Plano Triênal de Obras do Município; Mandato Quadrienal e, quinquênal de Governador, de Presidente, fazendo derivar o adjetivo de biênio, triênio, quadriênio e quinquênio. Por que, então, se há de ser plurianual, se o adjetivo é derivado de pluriênio?

A fim de é locução que freqüentemente se encontra escrita afim o que é errado, porque afim é adjetivo e significa ter afinidade.

Quando não for adjetivo, deve-se escrever a fim.

Depois que Coelho Netto exumou do dicionário a palavra parê, dali por diante, de quando em quando, um de nós a empregava na pública. A princípio, ouvido o vocábulo, a turma pigarreava, mas em ve com êle se acostumou e não era raro ouvir-se a assertiva de Pinheiro Machado era o parêdro da política nacional.

Certo dia, foi a República visitada por colega que primava por o usar linguagem plebéia. Mostrando enfado, com a narrativa que se estava a fazer, de acontecimentos extraordinários, então ocorridos, vez do costumeiro "isto é conversa mole para boi dormir", êle se u com esta facécia literária: "isto é tertúlia flácida, para acalentar vino".

Hoje, ao ouvir notícias e discursos, ao rádio e televisão, ou a jornais e até livros, quanta saudade sinto das tertúlias em nossa República, na quele longínquo 1913...

Já se passaram 57 anos! Mais de meio século!

Colheando meu "Álbum de Saudades", nêle encontrei duas fotografias, recordarem nossa vida na República.



Antonio Costa e Silva, Adroaldo Mesquita da Costa, Ismenio Palumbo, Djalma Moellmann, Celso Fausto, Dionélio Tubino Machado, Artur da Costa e Silva.



Djalma Moellmann, Dionélio Tubino Machado, Artur da Costa e Silva, Celso Fausto, Antonio da Costa e Silva, Adroaldo Mesquita da Costa, Ismenio Liberato P. Palumbo, Acidino de Araujo e Silva.

Dos oito, seis já seguiram na viagem de que não se volta mais. Ficamos só dois à espera da chamada, Dionélio Machado e eu.

Quando chegar a hora da partida, que não deve estar longe, confiemos n'Aquêlê que nos prometeu a vida eterna, porque a morte, na verdade, não é o término da vida, senão o prelúdio da eternidade e a aurora da ressurreição.

#### O ÚLTIMO DESPACHO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA MARECHAL ARTUR DA COSTA E SILVA

Diariamente, via de regra, eu chegava à Consultoria Geral da República, às oito horas e meia, ali já encontrando o servente Manuel, a ultimar a limpeza do 8.º andar do **Edifício Alvorada**, onde aquela se acha instalada.

A seguir, aparecia d. Raimunda, a única funcionária de tempo integral e que, a 27 de abril de 64, quando tomei posse, já exercia as funções de secretária que, ainda agora, exerce, prova concludente de sua capacidade e eficiência.

Começava o expediente às 12 e terminava às 18 horas.

Na manhã de 27 de agosto, após cumprimentar-me, indagou-me se não iria despachar com o Presidente, pois ouvira, cedo, pelo rádio, que, na sexta-feira, 29, êle iria ao Rio, donde só regressaria na semana seguinte à de 7 de setembro, e já se achavam prontos 12 pareceres, aguardando aprovação.

Pedi-lhe telefonasse ao **Palácio do Planalto** para falar ao Oficial de Dia, o qual, consultado o Presidente, me designou às 18 horas e 30 minutos, informando que era a única ainda disponível e que o meu seria o último despacho.

Por volta das 15 horas, o Comandante Capitão-Tenente Luiz Fernando Portela Peixoto avisava-me que deveria ir mais cedo, por não ter sido possível a vinda, do Rio, do Ministro com audiência marcada para aquela tarde, motivo por que, às 17 horas, eu já me encontrava no **Planalto**. O Ministro da Agricultura, acompanhado de uma "Comissão de agricultores e pecuaristas", estava sendo recebido pelo Presidente.

Indaguei do Comandante Peixoto quem iria ser atendido antes de mim, sendo-me respondido que, apenas, o Governador de Goiás, o qual já se achava no salão, aguardando a chamada.

Entrei, cumprimentei-o e, dadas nossas relações, perguntei-lhe se sua conversa ia ser muito comprida. Pondo a mão sobre meu ombro, disse-me, com intimidade: "Não lhe vou empatar, não; apenas entregar um convite. Não demorarei mais que cinco minutos."

Estava a pronunciar estas últimas palavras, quando o Comandante Peixoto o convidou para a audiência que, em vez de cinco, durou cerca de vinte minutos, pois já eram 17 horas e 30 minutos, quando êle saía e eu entrava.

Logo, após, apertada a mão que o Presidente me estendia para cumprimentar-me, sentado, ainda, junto à porta da entrada, a mim se dirige nestes termos:

— "Não sei que juízo este homem que acaba de sair daqui, ficou fazendo de mim, porque não lhe disse coisa com coisa."

Fitei-o surpreendido e retruquei-lhe:  
"Então não vais despachar comigo."  
Ao que me redarguiu, de pronto:  
"É falta de açúcar. Estou tomando um remédio que dête me priva."

E, mais tranqüilo, indaguei-me, apontando a mala do expediente:  
"Você traz muita coisa aí, para despacho?"

— Doze pareceres.  
— Causa de importância?  
— Não. Apenas um mereço detido exame. Os onze restantes são de fácil solução.  
— "Então vamos despachar êsses onze."

E êle os foi aprovando, um a um, após explicado o assunto de cada um dêtes resumido na ementa que os encimava.

Foram os pareceres de ns. 364 a 870, publicados no Diário Oficial de 7 de setembro; de ns. 873 e 875, no de 2 de setembro; de n.º 871, no de 5 de setembro e 872, no de 14 de outubro.

Ao aprovar o undécimo, perguntou-me:

"E êsse que Você disse merecer detido exame, de que trata?"

Esclareci-o, com pormenores sobre a tese nêle controvertida, pois eu expendêra opinião contrária à do Ministro de Educação e Cultura. Ao termo da exposição, êle me disse:

"Você é que está com a razão."

E aprovou também o duodécimo parecer, de n.º 874, publicado dois dias após, no Diário Oficial de 29 de agosto.

Findo o despacho, ponderei-lhe:

"Convidaste o Costa Neto (o engenheiro agrônomo José da Costa Neto, Diretor da Escola de Agronomia da UFRGS, seu colateral consanguíneo, em 6.º grau e que fôra a Brasília a serviço da Escola) para o sessão de cinema, hoje à noite, no **Alvorada**. Acho que não deves comparecer. Eu irei e explicarei ao José as razões de tua ausência. Estás fatigado, precisas de repouso e não deves atender a mais ninguém hoje."

— "Não, — foi sua resposta terminante. — Irei ao cinema. A indisposição que experimentei, há pouco, em presença do Governador Octávio Lage, é consequência da falta de açúcar."

Já estávamos de saída, quando fêz soar a campainha, chamando o Ajuante de Ordens, a quem disse, com ênfase:

"Hoje não recebo mais ninguém. Mande cancelar tôdas as audiências de amanhã."

Dito isso, despedimo-nos. Cheio de apreensões, regresssei à Consultoria, para a remessa dos doze processos à **Diretoria do Expediente**, o que só foi feito na manhã seguinte.

Quinta-feira, cedo, dia de Santo Agostinho, telefonei ao **Alvorada**, indagando da saúde do Presidente e recebo a informação de que se achava acometido de forte gripe, o que acreditei, achando até o fato natural.

Como devesse êle seguir para o Rio, às 8 horas da manhã de sexta-feira, eu, por precaução, perguntei se êle seguiria mesmo febril e com aquela forte gripe e responderam-me que êle já se estava preparando para sair, pelo que rumei para o Aeroporto Militar.

Ali chegado, estranhei não encontrar as pessoas que, costumemente, por dever do cargo, estavam sempre presentes, à partida e chegada do Presidente.

Como não tivesse visto o General Riograndino, seu irmão, que, com a esposa, também iria em sua companhia, interpelei o Comandante do Aeroporto que me fêz ciente de que todos os que viajariam com o Presidente, já haviam embarcado; que este estava com forte gripe e cerca de 40 graus de febre e que seu automóvel, vindo do **Alvorada**, pararia junto ao avião, para que êle passasse diretamente para êste, sem se despedir de quem quer que fôsse, a fim de não apanhar frio.

Instantes após, antes ainda da chegada do Presidente, o General Riograndino aparece à porta do avião e abana-me em despedida. Notei-lhe, na fisionomia, profundo abatimento e inusitada preocupação.

As instruções por todos recebidas eram de que ninguém deveria ir ao encontro do Presidente, à chegada de seu automóvel, para poupar-lhe qualquer esforço.

Apenas descido do auto, êle, contrariando tudo quanto o médico lhe havia prescrito e as instruções por nós recebidas, veio na direção de seus auxiliares, para lhes dizer adeus, os quais, por isso, lhe foram ao encontro, poupar-lhe a caminhada e avançando da posição em que se achavam.

Ao redor do pescoço, trazia um cachecol que lhe cobria a boca até o nariz. A passos firmes, como que exteriorizando achar-se bem, ao defrontar-me, sem dizer palavra, apertou-me a mão, deu-me afetuoso e prolongado abraço, momento em que o cachecol desceu até o queixo e pude ver-lhe o rosto repuchado do lado direito, junto à boca.

Reprimindo a surpresa experimentada, fitei-o demoradamente, o que êle também fêz, em relação a mim, reciprocando, quicá, na tentativa de interpretar o que lhe ia n'alma. Seus olhos, marejados de lágrimas, denunciavam haver chorado copiosamente. Compreendi tudo, então.

A embolia manifestada na audiência com o Governador de Goiás, já lhe tirara a fala e prosseguia, agora seu curso.

Tão logo o avião levantou vôo, chamei, à parte, o Comandante do Aeroporto e externei-lhe minhas apreensões. Narrou-me, então, em reserva e com pormenores, quando havia ocorrido, àquela noite, informando-me que uma Junta Médica o aguardaria no Galeão, para acompanhá-lo ao **Laranjeiras**.

E ali, a 17 de dezembro, o foi buscar Maria Santíssima, de quem, como congregado mariano, era filho dileto, para apresentá-lo Aquêlle que disse :

“Eu sou a ressurreição e a vida: quem crer em mim, não morrerá eternamente.”

